

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA
SUMÁRIO Nº 15 ABR./JUN. – 1996

DOCTRINA

Rever ou romper com a Constituição dirigente. Defesa de um constitucionalismo moralmente reflexivo. – JOSÉ JOAQUIM CANOTILHO ...p. 07

Constituição e orçamento – ADILSON ABREU DALLARI ...p. 18

Concessão de serviços Públicos – CELSO RIBEIRO BASTOS ...p. 25

Medidas Provisórias – Estados e Municípios – REGINA MACEDO NERY FERRARI p.32

O poder normativo da Justiça do Trabalho – NELSON NAZAR p...47

Políticas públicas e atividade administrativa do Estado – MARIA GARCIA p... 64

A sociedade e o Estado: o sentido da reforma constitucional e legislativa – ARNOLDO WALD p.... 68

Intervenção do Estado na Economia – DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI p. 73

O direito da igualdade – CÉSAR DE MORAES SABBAG p. 89

Descentralização: o projeto organizações sociais – NINA RANIERI p. 97

Gestão do Sistema Único de Saúde por Município: poder-dever de convalidação dos atos praticados pela União – FLORIANO P. DE AZEVEDO MARQUES NETO p. 106

Órgãos credenciados pelo CNPq – Isenção Tributária – Licitação – Exame de similaridade – SÔNIA YURIKO TANAKA p. 126

Fontes do Direito Tributário. Previsão constitucional. Lei Complementar – ANDRÉ LUIZ BORGES NETTO p. 128

O controle externo do poder judiciário: uma visão crítica sobre o tema – LÚCIA BARROS FREITAS DE ALVARENGA p. 149

A inconstitucionalidade da exigência de tributo sobre “fato gerador futuro”. Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993 – CLÉLIO CHIESA p. 160

Sobre a inconstitucionalidade na Constituição Federal – MARISTELA BRANDÃO VILELA p. 169

O direito à intimidade na Constituição Federal – MAURÍCIO D’OLIVO p.184

A liberdade política, a vontade geral e a natureza das coisas – EVENI LONGO p. 204

Linhas gerais sobre a pragmática da constitucionalização do poder – LUIZ SERGIO LEONARDI FILHO p. 208

II ESTUDOS E PARECERES

Bônus do Tesouro Nacional. Forma de Resgate. Incidência de novas normas jurídicas de ordem pública. OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA p. 219

Espécies normativas (CF. art. 59). Interpretação da legislação que regula a profissão de químico, e a posição jurídica da consulente em face de tal legislação – CARLOS LEDUAR LOPES
p. 266

III TRIBUNAIS

Mandado de Segurança. Administrativo. Expedição de passaporte comum para menores. Pais separados judicialmente. Decreto 637/92. Lei nº 8.069/90. Relator : Milton Luiz Pereira
p. 280

Suspensão de liminar que assegurou o seqüestro de recursos municipais. Alegação pela Municipalidade de ofensa ao art. 100 da Constituição Federal. Relator: Octavio Gallotti.
p. 284

Ação direta de inconstitucionalidade. Juízes de paz: remuneração. Princípio da independência e harmonia entre os Poderes. Normas legais resultantes de emenda parlamentar: usurpação de iniciativa. Poder judiciário: autonomia administrativa e financeira; aumento de despesa. Relator: Maurício Corrêa
p. 287

Ação originária. Competência do Supremo Tribunal Federal para julgar incidente de argüição de inconstitucionalidade ocorrido em Apelação Cível e em Remessa Necessária (arts. 480 e 481 do CPC): impedimento de mais da metade dos membros do órgão especial do tribunal de Justiça de Santa Catarina (CF, art. 102, I, “n”, 2ª parte). Reajuste automático de vencimentos dos servidores do Estado, vinculado mensalmente ao coeficiente de crescimento nominal da arrecadação do ICMS (art. 2º da lei 7.588/89) e semestralmente a indexador federal – IPC (art. 10º da lei 7.802/89). Vício de iniciativa. Relator: Maurício Corrêa.
p. 292

Magistratura. Teto. Remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Relator: Marco Aurélio
p. 297

Processual Civil. Incidental declaração de inconstitucionalidade. Obrigatória intervenção do Ministério Público sob pena de nulidade. Arts. 82, II, 246 e 480, CPC. Relator: Milton Luiz Pereira
p. 303

Recurso Especial. Criança e adolescente. ECA. Sanção administrativa. Adolescente. Falecimento. Relator: Luiz Vicente Cernicchiaro.
p. 306

Direito Civil. Responsabilidade civil. Devolução de cheque. Dano moral. Prejuízo. Reparação. Precedentes. Recurso desacolhido. Relator: Sálvio de Figueiredo p. 309

Processual Civil e Previdenciário. Mandado de Segurança. Falta de manifestação do Ministério Público. Nulidade. Inocorrência. Tempo de serviço. Justificação judicial. Provas. Art. 866 e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil. Segurança denegada. Relator: Plauto Ribeiro
p. 311

Constitucional e Civil. Confisco de bens efetuado com suporte no AI5. Decretos presidenciais 65.522/69 e 88.179/83. Indenização. Remessa desprovida. Apelo do espólio parcialmente provido. Relator: Hércules Quasímodo
p. 315